EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ONLINE - Dra., Cibele Maria Lopes Macedo, MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros – MG. autoriza o Leiloeiro Oficial Marcus Vinicius da Silva - matrícula 107 JUCEMG. com endereço à Rua Tiradentes 765 - sala: 401 - centro, Montes Claros - MG, www.marcusviniciusleiloes.com.br endereço eletrônico: com email: marcusviniciusleiloes@yahoo.com.br - telefone: (38) 3221 5324 - 99125-4464, 99909-7249 a realizar 1° e 2° leilão eletrônico através da plataforma eletrônica: www.marcusviniciusleiloes.com.br. Processo: 1070272-25.2003.8.13.0433 -Ação de Execução Extrajudicial – Assunto: Contratos Bancários - Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A e Executado: Maria de Fátima Barreto Alencar Dias - Agropecuária Vale do Sol S/A - Carlos Eduardo Antunes Pereira - Roberto Múcio Alencar Dias e Cybele Versiani Martins Antunes Pereira . O Primeiro Leilão ONLINE terá início dos lances dia 18/10/2021 a partir das 08:00 horas e encerramento no dia 01/11/2021 às 14:00 horas (Horário de Brasília/DF). Não tendo comprador no primeiro leilão será realizado o Segundo Leilão ONLINE com início dos lances no dia 03/11/2021 a partir das 08:00 horas com encerramento dos lances no dia 18/11/2021 às 14:00 horas (Horário de Brasília/DF), para recebimento dos lances. No primeiro Leilão o bem poderá ser vendido por valor igual ou superior ao da avaliação judicial e no Segundo Leilão poderá ser vendido pelo melhor lance oferecido, desde que não considerado vil, conforme artigo 891 do CPC. Fica o executado e o exeguente devidamente intimados através deste edital da designação acima caso não venha a ser encontrados pessoalmente. Descrição dos bens: Uma propriedade rural denominada Vale do Sol, situada no Município de Claro dos Poções, comarca de Montes Claros, com área de 430,60 ha (quatrocentos e trinta hectares, e sessenta ares), sendo 125,20 hectares situados no Município de Claro dos Poções e 305,40 hectares, situados no Município de Jequitaí, comarca de Pirapora – MG, com todas as suas benfeitorias consistentes em uma pocilga, com nove (09) galpões, com cobertura, de tijolos e cimento, medindo mais ou menos 720 M2, um dormitório com cinco (05) quartos e dois banheiros, um escritório e cantina anexados com cinco (05) banheiros e seis (06) cômodos, um abatedouro, duas caixas dágua com mais ou menos 40.000 litros de capacidade cada, um poço artesiano, uma fábrica de ração com dois (02) moinhos e um (01) misturador e motor, uma casa de cinco (05) cômodos, com banheiros e varanda, uma casa sede, com seis (06) quartos, salas, copa, cozinha e banheiro, curral de tiras, luz elétrica da Cemig. Terreno todo cercado com arame farpado e liso, uma casa sede de dois pavimentos e uma casa de colono, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Bocaiúva – MG, sob. nº 05, matricula: 1973, ás fls: 170, do livro 2-1-F e no Cartório de Registro de Imóveis de Pirapora – MG, sob o nº 06, matrícula: 4.680, às fls; 84, do livro 2-R, onde inclusive, poderão ser verificados os limites e confrontações do bem. Não consta nos autos a existência de ônus sobre o bem penhorado, e nem recurso pendente de julgamento. avaliação: R\$ 3.370.000,00 (Três Milhões e Trezentos e Setenta Mil Reais). conforme auto de avaliação judicial. Os bens serão vendidos no estado de

conservação em que se encontra sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas de realização dos leilões. Condições do pagamento: O arrematante deverá efetuar o pagamento de imediato do valor da arrematação, ou no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de realização do leilão, artigo 885 NCPC, por depósito judicial Artigo 892 NCPC. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta por escrito (conforme o artigo 895, I e II do CPC), devendo neste caso, apresentar oferta de pelo menos 30% (trinta por cento), do valor do lance à vista, e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução (Art. 895, §§1° e 2° do NCPC). Sendo as prestações mensais sucessivas no valor de cada parcela acrescida do índice de correção monetária garantida à integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma das parcelas inadimplida com as parcelas vincendas. A proposta de pagamento á vista sempre prevalecerá sobre a proposta de parcelamento. Taxa do Leilão: A comissão do valor de 5% (cinco por cento) referente ao valor da arrematação será paga ao leiloeiro pelo arrematante através de depósito em conta bancária fornecida por este leiloeiro. Condições Gerais: Após efetuar o pagamento do valor da arrematação, o arrematante enviará ao leiloeiro a cópia da guia do valor da arrematação que será juntado nos autos do processo, enviando também as cópias do depósito do valor da comissão do leiloeiro. O interessado em participar do leilão deverá vistoriar previamente os bens, que serão vendidos nos estado em que se encontram. Não cabendo qualquer reclamação posterior. Poderão ofertar lances P.F (CPF) e P.J (CNPJ). Os interessados em participar do leilão através da plataforma: www.marcusviniciusleiloes.com.br deverão fazer o cadastro com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis para a habilitação até às 17:00 horas nas datas que antecedem os leilões. Todos os procedimentos e normas impostas para o referido cadastro estão no site deste leiloeiro. Não será de responsabilidade deste leiloeiro eventuais problemas técnicos, operacionais ou falhas de conexão que venha a ocorrer durante o leilão. Para participar do leilão os interessados deverão ter os cadastros aprovados. Na sucessão de lances a diferença entre os lances do leilão deverão ser ofertados conforme o valor do incremento fixado no site deste leiloeiro. Todos os lances serão registrados. O bem será arrematado pelo participante do leilão que oferecer maior lance, não será permitido lance inferior ao valor estabelecido neste edital. Outras informações que se façam necessário poderão ser obtidas junto ao leiloeiro. A falta dos pagamentos referente ao valor da arrematação e comissão o arrematante ficará sujeito às penalidades previstas em lei. Após a comprovação efetiva dos pagamentos e aperfeiçoada a arrematação, será expedida a carta de arrematação conforme art. 903 NCPC e a ordem de entrega dos bens pela MM<sup>a</sup> Juíza. E para conhecimento de todos a MMª Juíza mandou expedir o presente Edital que será publicado na forma da lei. Montes Claros, 03 de Setembro de 2021. As) Dra., Cibele Maria Lopes Macedo - Juíza de Direito.